



PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DAS MULHERES MIGRANTES



UMA PUBLICAÇÃO DA:

Mén Non – Associação de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal

INTRODUÇÃO...

Esta brochura é parte integrante de uma série de 2 brochuras desenvolvida pela Mén Non – Associação de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal em parceria com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) e a Plataforma CAFUKA – Associação Cultural.

2 | Nesta brochura encontrará informação sobre:

01.

Contextos migratórios no feminino: desafios e oportunidades

02.

Participação cívica e as associações de mulheres migrantes

03.

Representatividade e participação política das mulheres migrantes

ESTAMOS ON LINE

<http://mennon.org>

CONTEXTOS MIGRATÓRIOS NO FEMININO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Na Europa e em Portugal, as mulheres representam cerca de 52% da população imigrante. Apesar de um número cada vez maior de mulheres imigrantes altamente qualificadas na Europa e em Portugal, as mulheres imigrantes são, no entanto, o maior grupo sobre-qualificado e subempregado, o que se deve, em boa medida, a dificuldades na obtenção do reconhecimento das suas competências.

barreiras linguísticas na vida quotidiana. Frequentemente enfrentam profundas diferenças culturais, levando-as a questionar o seu papel e a forma como vivem. A diferença entre a situação das mulheres no país de origem e no país de destino é, muitas vezes, impressionante. O empoderamento das mulheres na família e na comunidade pode ser uma oportunidade para refletir sobre si mesmas, o seu papel na família e na sociedade e sobre as suas ambições e necessidades.

“**Na Europa e em Portugal, as mulheres representam cerca de 52% da população imigrante**”

É sabido que a imigração pode ter um impacto positivo ou negativo nas mulheres: pode proporcionar maior independência económica e pessoal, ou pode limitar, colocando as mulheres numa situação de dependência legal e económica.

Os desafios que as mulheres enfrentam após se estabelecerem num novo país não se limitam a satisfazer as suas necessidades materiais ou a superar eventuais

As mulheres têm, em todos os países, uma participação ativa na sociedade. Investir na inclusão das mulheres migrantes significa criar uma base sólida para a inclusão e integração das gerações futuras e para o desenvolvimento de sociedades pacíficas, inclusivas e coesas, baseadas em direitos humanos e no respeito e dignidade de todas as pessoas.

“**As mulheres têm, em todos os países, uma participação ativa na sociedade**”

02.

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E AS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES MIGRANTES

As mulheres sempre estiveram presentes no associativismo imigrante, seja como trabalhadoras, voluntárias ou beneficiárias (não tanto como dirigentes). No entanto, existem poucas associações de mulheres imigrantes em Portugal.

Tal como as associações de imigrantes, as associações de mulheres gozam de um estatuto jurídico próprio – Decreto-Lei n.º 246/98, de 11 de agosto com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/99, de 26 de maio.

Esse estatuto tem inscrito o seguinte:

"1. O Estado apoia e valoriza o contributo das ONGM na execução das políticas nacionais para a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens."

As associações de mulheres são fundamentais ao Estado democrático. São estas as associações que estão perto das mulheres e raparigas, ouvindo-as e apoiando-as. Procuram organizar as questões que são trazidas pelas próprias mulheres e raparigas enquanto problemas e torná-los visíveis.

A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, adotada pelas Nações Unidas em

1995 (um abrangente programa de trabalho que contempla e recomenda a adoção de um vasto conjunto de medidas destinadas a eliminar os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas e a todos os níveis da vida pública e privada, a fim de garantir a sua intervenção de pleno direito nas tomadas de decisão em questões políticas, económicas, sociais e culturais, ou seja, a fim de garantir o seu empoderamento) reconhece:

"As organizações não-governamentais desempenharam um papel de relevo na defesa do avanço da legislação e dos mecanismos para a promoção do estatuto das mulheres. Tornaram-se também catalisadoras de novas perspetivas de desenvolvimento. Muitos Governos foram reconhecendo progressivamente o papel relevante das organizações não-governamentais e a importância de trabalhar com elas em prol do progresso." (§26).

Para tal, será necessário garantir todas as condições à participação das associações de mulheres e muito em particular das associações de mulheres migrantes.

RECOMENDAMOS:

○ Aos poderes políticos e às entidades públicas responsáveis pelo deseňho, implementação, monitorização e avaliação de políticas e programas dirigidos em particular às pessoas migrantes: definam mecanismos para garantir a consulta sistemática às associações de mulheres migrantes (auto-representantes).

○ No domínio dos direitos estabelecidos para as associações de imigrantes ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, garantir a participação das associações de mulheres imigrantes a todos os níveis – europeu, nacional e local.

○ As entidades financiadoras e aos programas de financiamento para o associativismo: considerem uma majoração e destinem uma parte do financiamento às associações de mulheres migrantes, como medida de ação positiva.

○ No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante, seja incentivada a participação de associações de mulheres imigrantes, procurando garantir uma quota destinada a essas organizações (quota que poderá ser aumentada ao longo do tempo).

○ Ao Alto Comissariado para as Migrações: implemente programas de mentoria destinados exclusivamente a mulheres migrantes, apoiando o recurso a modelos (*role models*) positivos, em particular no âmbito do associativismo migrante.

○ Ao sistema educativo e formativo: contribuam para a conscientização das mulheres migrantes sobre os seus direitos (em particular direitos laborais e direito a viver livre da violência masculina), a participação económica e cultural, o acesso à justiça, e o associativismo.

É importante que as associações de mulheres migrantes integrem plataformas e coletivos de associações de mulheres.

A Mén Non é membro da:

- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM): a maior organização da sociedade civil portuguesa na área dos direitos humanos das mulheres e das raparigas. Conta atualmente com 29 organizações-membros, com uma grande diversidade de vocações e proveniências, todas empenhadas numa intervenção cívica concertada com vista à salvaguarda e exercício efetivo dos direitos humanos das mulheres e à realização concreta da igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes. A PpDM é também a coordenação nacional do Lobby Europeu das Mulheres (LEM), a maior organização de mulheres da UE, com mais de 2000 associações em todos os Estados Membros e 17 organizações europeias.

- Rede Europeia das Mulheres Migrantes (*European Network of Migrant Women*): é uma plataforma de ONG e mulheres individuais, liderada por mulheres migrantes, que defende os direitos, as liberdades e a dignidade das mulheres e raparigas migrantes, refugiadas e pertencentes a grupos étnico-culturais na Europa. A sua atividade centra-se na influência política e na investigação-ação na área dos direitos humanos das mulheres migrantes e refugiadas, na capacitação económica, na anti-discriminação e acesso à justiça, e no combate à violência masculina contra mulheres e raparigas.

Estas são estruturas associativas que visam influenciar as políticas públicas e, nesse sentido, a participação da Mén Non tem sido fundamental enquanto associação de auto-representantes, trazendo a voz, as necessidades e as competências das mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal.

03.

REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES MIGRANTES

Para além da relevante participação cívica das mulheres imigrantes enquanto cidadãs e dirigentes associativas, é igualmente relevante que as mulheres imigrantes tenham representatividade política e participem diretamente na definição de políticas.

Essa participação pode acontecer de forma indireta – votando e dando voz a reivindicações das mulheres migrantes, nomeadamente através das associações de mulheres migrantes junto dos partidos políticos – como de forma direta, participando em partidos políticos.

6

// A PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM ELEGE COMO UMA DAS 12 ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO AS MULHERES NO PODER E NA TOMADA DE DECISÃO.

Para tal define 2 objetivos estratégicos:

 **Adaptar medidas que garantam às mulheres a igualdade de acesso e a plena participação nas estruturas de poder e de tomada de decisão.**

 **Aumentar a capacidade de participação das mulheres na tomada de decisão e na liderança.**

// A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES, EM GERAL, E DAS MULHERES MIGRANTES, EM PARTICULAR, NA VIDA POLÍTICA REPRESENTA UM VERDADEIRO DÉFICIT DEMOCRÁTICO QUE IMPORTA MITIGAR.

Estas são algumas sugestões:

Porque a política não é (ainda) para mulheres e, em particular, para as mulheres migrantes?

//confiança:



por um conjunto variado de motivos, as mulheres duvidam mais de si próprias para se apresentarem como candidatas do que os homens

//seleção de candidaturas:



mesmo com a Lei da Paridade, na prática as mulheres continuam a ocupar os lugares menos elegíveis nas listas de candidaturas

//cultura:



a política é ainda um mundo dos homens. O sexism existes nos partidos políticos, assim como o racismo e a xenofobia.

O que podem os partidos políticos fazer para termos mulheres e, em particular, mulheres migrantes feministas na política?

//confiança:



os partidos políticos devem investir na participação e representatividade das mulheres, nomeadamente através de ações formativas e de programas de mentoria

//seleção de candidaturas:



aumentar o limiar de paridade para 50-50, estabelecer um sistema zipper (1+1), e definir quotas para candidatas imigrantes

//cultura:



adotar uma política de tolerância zero ao sexism bem como ao racismo e à xenofobia. Estabelecer mecanismos sobre o assédio sexual

//apoio financeiro:



por vezes, as campanhas para as mulheres recebem menos apoio financeiro

//apoio financeiro:



assegurar, como medida de ação positiva, financiamento específico destinado apenas a mulheres candidatas e, em particular, a mulheres migrantes

//cuidados a terceiras pessoas:



as mulheres são, ainda, as principais responsáveis pelos cuidados a outras pessoas, limitando o tempo disponível para a participação na vida política

//cuidados a terceiras pessoas:



alterar a cultura das longas horas pós-laborais dos partidos políticos e disponibilizar serviços de apoio

// AS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES PODEM TER UM PAPEL IMPORTANTE, CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DAS CAPACIDADES DAS MULHERES E DA INFLUÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES MIGRANTES.

A Plataforma de Ação de Pequim incentivada as associações de mulheres a:

Fomentar e reforçar a solidariedade entre as mulheres através de atividades de informação, educação e sensibilização.

Lutar, de todas as formas, para que as mulheres possam influenciar as decisões políticas, económicas e sociais, os processos e os sistemas e esforçar-se por conseguir que os representantes eleitos tenham que responder pelo seu empenho nas questões de género (§194).

As associações de mulheres migrantes são agentes transformadores das políticas e das sociedades e, como tal, devem ser reconhecidas e apoiadas pelo Estado português.

A partir dos movimentos associativos podemos conhecer as reais necessidades das mulheres migrantes, e apoiar as mulheres retirando-as da invisibilidade. Deste modo, torna-se fundamental a definição de estratégias de apoio que visem a participação das mulheres migrantes, de modo a garantir os seus direitos tanto na esfera social como na esfera política. Estas estratégias deverão basear-se numa maior colaboração entre os movimentos associativos e as instituições do poder político, para um exercício saudável da cidadania democrática representativa.

Apraz-nos citar as três deputadas imigrantes, todas com passagem por organizações da sociedade civil: Joacine Katar Moreira, Beatriz Dias e Romualda Fernandes. Nestas deputadas depositamos as nossas expetativas quanto a uma maior representatividade das mulheres migrantes em Portugal.

As mulheres são-tomenses são mulheres que sabem que a sua união lhes permite superar as limitações sociais que a sociedade ainda impõe às mulheres. Assim, congregam-se muitas vezes dentro e fora de portas, estabelecendo pontes entre a ilha e as suas companheiras além-fronteiras. E, nesse contexto, nos últimos anos, a Mén Non tem desenvolvido os projetos "Migrações inclusivas e direitos das mulheres: informar para uma cidadania plena" e "Sentir e Agir Mulher". Esses projetos fazem parte do reforço organizacional da nossa associação, que visa a capacitação, fortalecimento e empoderamento das mulheres.



MÉN NON ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM PORTUGAL

Somos uma organização independente, apolítica, não confessional, promotora do voluntariado, que se rege pelos princípios da igualdade, da participação equilibrada entre homens e mulheres, da não-discriminação em função do sexo, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade, condição socioeconómica, nível de escolaridade, ideologia ou outro. Fundada em 2010, contamos com cerca de 200 associadas/os.

10

// A NOSSA MISSÃO É REFORÇAR A CIDADANIA E A UNIÃO DAS MULHERES EM GERAL E EM PARTICULAR DAS MULHERES SÃO-TOMENSES. BASEADA EM QUATRO EIXOS ESTRATÉGICOS:

//eixo1

Reforço organizacional:

Capacitação, fortalecimento e empoderamento das mulheres visando os seus direitos, a igualdade entre mulheres e homens e o combate a todas as formas de discriminação e à violência contra as mulheres, a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e das lideranças. Promovemos reflexão, procuramos formas de sustentabilidade financeira da associação, queremos alargar a intervenção territorial e aumentar a nossa estrutura associativa.

//eixo2

Saúde e Apoio Social:

apoio às pessoas doentes necessitadas que se encontram deslocadas em Portugal, promovendo a sua inserção na sociedade portuguesa.

//eixo3

Educação e cultura:

apoio na formação das mulheres; conhecimento sobre a situação das e dos estudantes de São Tomé e Príncipe que vêm para Portugal; formação e divulgação do Crioulo de STP; promoção de trajes típicos; divulgação e promoção da gastronomia de STP e de músicas e danças de STP. Anualmente comemoramos o Dia da Mulher de STP; promovemos o bazar solidário solidário; em 2016/2017 a Mén Non participou na Arte Solidária da STP em que a estilista e escritora SÃO-TOMENSE Goreti Pina foi mentora com a colaboração do artista plástico Ismael Sequeira; esta iniciativa visa angariar fundos para as pessoas doentes, a campanha "ClossondiMén" (que visa angariar fundos monetários e alimentícios para a distribuição de cabazes no Natal); e a Feira do livro de São Tomé e Príncipe em Portugal (promoção e divulgação da literatura de São Tomé e Príncipe), entre outras iniciativas.

//eixo4

Comunicação:

marketing, imagem e informação interna e externa.



Projeto promovido pela Men Non – Associação de Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal em parceria com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) e a Plataforma CAFUKA- Associação Cultural.



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS
DE LÍNGUA PORTUGUESA



Projeto financiado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ao abrigo do Artigo 9º do Decreto-Lei nº246 / 98 de 11 de Agosto.

Contactos:

Centro Maria Alzira Lemos
Casa das Associações
Parque Infantil do Alvito
Estrada do Alvito, Monsanto
1300-054 Lisboa

www.facebook.com/MenNon.org
E-mail: mennon@hotmail.com

<http://mennon.org>